

STASIS E DÍVIDA NA CÓRCIRA ANTIGA: CONEXÕES E COMPARAÇÕES EM UM ESTUDO DE CASO

STASIS AND DEBT IN ANCIENT CORCYRA: CONNECTIONS AND COMPARISONS IN A CASE STUDY

Bruno Santrovitsch da Silva*

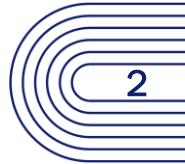
Resumo: O artigo tem como tema a *stasis* ocorrida na ilha de Córcaira em 428-427 AEC, conforme registrada por Tucídides, investigando por que os escravizados se uniram ao *demos* contra os oligarcas. O estudo busca estabelecer um diálogo entre História Antiga e perspectivas globais por meio de conexões e comparações. Examina como a Córcaira se inseria nas redes de redistribuição do Mediterrâneo por meio de sua localização geográfica e comparações com dinâmicas similares. A seguir, aborda a questão da dívida como um processo de longa duração, que encontrou um quadro propício para se desenvolver no mundo grego comparado ao Antigo Oriente Próximo. O artigo busca compreender a servidão ou escravidão por dívidas no período clássico, articulando-a com o processo de endividamento e sua relação com a escravidão "genuína". Argumenta-se que a participação de Córcaira nas redes de redistribuição e o endividamento das populações foram determinantes para explicar a *stasis* da ilha e o seu papel na obra de Tucídides. Sugere-se uma possível unidade entre *demos* e escravizados, unidos por interesses compartilhados em face do poder oligárquico. Apesar das incertezas, o trabalho desafia concepções estabelecidas na historiografia ao abrir novas perspectivas sobre a complexa dinâmica social e política do mundo antigo.

Palavras-chave: conexão; Córcaira; escravidão antiga; Mediterrâneo; *stasis*; Tucídides.

Abstract: The article examines the stasis on the island of Corcyra in 428-427 BCE, as recorded by Thucydides, investigating why slaves joined the demos against the oligarchs. It aims to establish a dialogue between Ancient History and global perspectives through connections and comparisons. It explores how Corcyra merged into the Mediterranean redistribution networks based on its geographical location and comparison with similar dynamics. Furthermore, it addresses debt as a *longue durée* process, which flourished in the Greek world compared to the Ancient Near East. The study seeks to understand debt slavery and servitude in the Classical period, linking it to the process of indebtedness and its relationship with "genuine" slavery. It argues that Corcyra's participation in redistribution networks and the indebtedness of its population were crucial in explaining the island's stasis and its role in Thucydides' work. The article suggests a potential unity between *demos* and slaves, united by shared interests against oligarchic power. Despite uncertainties, the study challenges established historiographical interpretations, offering new perspectives on the complex social and political dynamics of the ancient world.

Keywords: connection; Corcyra; ancient slavery; Mediterranean; *stasis*; Thucydides.

* Graduado em História pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG), atualmente é mestrandos junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba (PPGH-UFPB). Atua principalmente na área de História Antiga com ênfase em Historiografia Grega.



INTRODUÇÃO

A ilha da Córcira, hoje chamada de Corfu, situa-se no mar Jônico, no canto noroeste do território da atual República Helênica. Encontra-se na entrada do mar Adriático para o norte e, a oeste, oferece o trajeto mais curto para se chegar ao sul da Itália de barco ou navio. A leste, está separada do continente da antiga região do Épiro por uma faixa de água estreita que varia de três a vinte e três quilômetros de largura. Talvez por conta dessa localização favorecida, a ilha já detinha um renome náutico desde a Antiguidade, até mesmo antes da colonização grega (Tuc. 1.25.4; Hom. Od.VI-VIII).

Figura 1 – Mapa do Mar Mediterrâneo com a ilha da Córcira em destaque



Fonte: elaborada pelo autor a partir de Wikicommons (2024)

É provável que a ilha da Córcira tenha sido colonizada no século VIII AEC pela cidade de Corinto, ainda nas primeiras levas de colonização dórica em direção ao oeste. A relação com sua cidade-mãe se mostrou conflituosa já desde os primeiros tempos. De acordo com Tucídides, foi entre elas a primeira batalha naval da história, que deve ter ocorrido ainda em princípios do século VII AEC (1.13.4). Na década de 430 AEC, a velha disputa com sua ex-metrópole é reavivada, fato que leva os córciros a estabelecerem uma aliança com a cidade de Atenas, neste ponto a líder da Liga de Delos. Atenas estava cada vez mais envolvida com uma disputa com a Liga do Peloponeso, liderada por Esparta, da qual Corinto fazia parte. O evento leva a um dos primeiros derramamentos de sangue entre

os membros de ambas as alianças que se torna uma das célebres “causas” da Guerra do Peloponeso (431-404 AEC).

Poucos anos após o início do conflito, em 428 AEC, eclode na ilha um embate doméstico entre duas facções, uma encabeçada pelo *demos*, que seria apoiado pelos atenienses, e outra pelos *oligoi*, os oligarcas apoiados pelos espartanos. A este tipo de confronto, os gregos costumavam chamar de *stasis* — que aqui traduziremos por ‘guerra civil’, apesar do risco de suas conotações romanas (Loraux, 2006, p. 10) como um decalque de *bellum civile*¹. A *stasis* da Córсira teve um papel fundamental na narrativa de Tucídides sobre a Guerra do Peloponeso e emprestou o painel para expressar sua teoria sobre a natureza humana e sua teoria da história. Para este historiador antigo, a partir da *stasis* da Córсira, o cenário de guerra civil se radicaliza e se espalha pelas outras *poleis* do mundo grego criando um ciclo cada vez mais violento, exacerbado pelo contexto de guerra que permite, pela primeira vez, que os grupos em disputa chamem a si a ajuda dos beligerantes por meio de intervenções estrangeiras. Esses são alguns dos motivos que fazem alguns autores considerarem a *stasis* da Córсira como um ponto de inflexão tanto na obra de Tucídides quanto nos conflitos internos do mundo clássico (Frazier, 2003; Miskiewicz, 2020; Williams, 1985).

Partindo disso, este estudo irá tentar responder a algumas questões específicas quanto à *stasis* da Córсira. Em primeiro lugar, desejamos compreender o lugar ocupado pela Córсira no mundo grego e mediterrâneo tendo em vista sua relevância para a obra de Tucídides ao servir como ponto de inflexão para a *stasis* no contexto da Guerra do Peloponeso. Posteriormente, por meio de um trecho específico da narrativa de Tucídides sobre a Córсira (3.73), no qual os escravos se aliam ao *demos* na sua luta contra a facção oligárquica, nos propomos definir com maior precisão porquê a maioria dos escravos tomou o lado do *demos* durante o conflito.

Porém, uma forma simples e fácil de responder a tais questões é dificultada em razão do recorte histórico e da própria natureza dos objetos de investigação que delimitamos. Destarte, é evidente que as pesquisas que se dedicam a estudar um evento ocorrido há mais de dois mil anos comportam em si o inconveniente da antiguidade dos objetos. Do mesmo modo, o recorte e o evento histórico estudados foram registrados por somente um autor da época a que temos acesso: referimo-nos aqui à solitária figura de

¹ Apesar de não podermos traçar decididamente uma linha de diferenciação entre ambas, é necessário ressaltar o aspecto de longa duração multigeracional das *staseis*, com explosões de violência intermitente gestadas por divisões mais “estáticas” do que as *guerras civis* (Börm, 2016, p. 18-19).

Tucídides. No quesito de autores antigos posteriores ao período clássico que fazem referência ao ocorrido temos Diodoro Sículo, que escreveu sua obra cerca de 400 anos depois dos eventos se apoiando sobretudo nos relatos de autores mais antigos, como o próprio Tucídides, e apresenta escassas divergências.

Ademais, ao buscarmos desvelar o evento sob a ótica de escravizados e sua relação com o *demos* – termo que empregamos no sentido aristotélico da parte mais pobre da sociedade que servia de base de apoio aos regimes democráticos (*Pol.* 1279b.16-80) – restrições ainda maiores acabam se impondo sobre nossos objetos. Ao problema do recorte histórico longínquo, a natureza lacunar das fontes enceta à investigação um empecilho comum aos objetos da história social. Com menções meramente ocasionais nos diversos gêneros literários e um silêncio nos registros epigráficos, as fontes no geral não colaboram. Além disso, por termos uma temática inserida fora da cidade de Atenas, vemo-nos às voltas com o problema do atenocentrismo, que dota a maior parte das fontes documentais a que temos acesso um foco e um ponto de vista atenienses (Vlassopoulos, 2016, p. 419). Problema que molda as próprias percepções e concepções históricas contemporâneas sobre a Grécia e a História Antiga e torna a realidade político-social particular de Atenas em um modelo para a totalidade do mundo grego, ou seja, no uso metonímico de Atenas como representante da Grécia (Francisco; Morales, 2016, p. 69).

Assim, o distanciamento temporal, a natureza social e o caráter não ateniense de nossa temática colorem a problemática do que escolhemos chamar, em conjunto com Liverani, de “fronteiras documentárias” – apesar deste autor considerar o período clássico como momento privilegiado do ponto de vista documental frente aos seus objetos da Antiguidade Oriental (2023, p. 31-35). Fronteiras que, no limite de nossas habilidades, ensejaram um caminho investigativo próprio.

NOSSO CANTEIRO DE OBRAS

Circunscrita nas balizas citadas, as abordagens necessárias para nosso estudo procuraram usar de criatividade para avançar na apreensão de nossos objetos. Dentre nossos pressupostos para a investigação está aquele provido por Marcel Detienne em seu manifesto “Comparar o incomparável” em que a primeira sentença já dá o tom da obra: “[n]ão há nada que o espírito humano faça tão frequentemente como comparações” (2004, p. 4). Partindo disso, abrimo-nos à possibilidade de fazer comparações.

Comparações que outrora puderam parecer deslocadas ou impróprias a um trabalho criterioso, tal como comparar a “incomparável” Grécia Antiga com a Mesopotâmia, imagem da alteridade. Isso posto, propomos manter aberta a possibilidade de comparação dos nossos objetos e declaramos aberto nosso singelo canteiro para a experimentação (Detienne, 2004, p. 12-14).

O manifesto de Detienne, e o próprio ato de comparar, dialogam com as novas perspectivas e propostas alternativas que responderam ao cenário de crise em que se viu a História Antiga no terço final do século XX. Esse estado de crise é representado habilmente por Morales e Silva por dois elementos centrais na formação da História Antiga, o eurocentrismo morfológico e o internalismo metodológico (2020, p. 127-128). A esses elementos os autores contrapõem as duas confluências críticas entre o que se convencionou chamar de História Global (Conrad, 2019) e as novas abordagens no campo da História Antiga: a comparação e a conexão (Morales; Silva, 2020, p. 130-133). Neste estudo, a comparação e o paradigma da conexão partilham do mesmo esforço de determinar o objeto, constituí-lo em sua singularidade, propor um caminho criativo na elaboração de reflexões e na abertura de pensar novas possibilidades para os objetos da Antiguidade.

Partindo do paradigma da conexão, buscamos constituir uma visão da Córca que conseguisse lançar luz sobre o papel que a ilha cumpre na obra de Tucídides. Para tanto, a noção de redes de redistribuição do Mediterrâneo se presta a refletir as diversas formas tomadas pela mobilidade de pessoas e de mercadorias, em virtude de a redistribuição ser um fator inescapável ao modo de vida das diversas sub-regiões que perfazem o caráter distinto do Mediterrâneo enquanto fragmentado e conectado (Horden; Purcell, 2000, p. 342-344). Seja por meio da consideração de sua posição geográfica frente a outros centros populacionais e fluxos, da relação da *polis* com a escravidão e com a produção agrícola, da sua dinâmica quando comparada a ilhas de tamanhos similares ou por meio da estimativa de sua população — todos esses são recursos para nos aproximarmos da *polis* insular da Córca, compreendendo o seu lugar no espaço mediterrânico e sua inserção nas redes de redistribuição. Na impossibilidade de chegarmos a uma solução definitiva, conforme as fronteiras demonstradas na seção anterior, essas serão algumas das opções e determinações mobilizadas para se chegar a possíveis respostas.

Apesar da questão da escravidão e dos fluxos de compra e venda de seres humanos serem indispensáveis para uma compreensão histórica da região mediterrânea

(Horden; Purcell, 2000, p. 343), o ponto que chegamos a partir do paradigma da conexão e da noção de redes de redistribuição não se mostrou suficiente para sanar o problema específico da relação entre *demos* e escravos colocado neste estudo. Dessa forma, fizemos uso da noção de dívida, de sua trajetória pelo Antigo Oriente Próximo e de sua relação com o mundo grego e mediterrâneo por meio de comparações, salientando seus aspectos em comum e suas diferenças.

Essas abordagens nos permitiram escapar ao eurocentrismo morfológico, na concepção de uma mera “corrida de revezamento” da história universal (Guarinello, 2003, p. 52; Morales; Silva, 2020, p. 128) e de uma Antiguidade Oriental tida como “antessala” para a civilização ocidental (Morales; Silva, 2020, p. 126), nos dedicando, se não a constituir uma história unificada, pelo menos a ressaltar e sugerir o contato entre essas sociedades (Guarinello, 2013, p. 44). Assim sendo, o uso de comparações e conexões nos permite suplantar uma concepção de leitura fechada em unidades de análise essencializadas, em particular da noção de uma história grega suspensa na história, de um mundo grego autossuficiente ou até mesmo da *polis* grega como um ser pensante (Vlassopoulos, 2007b, p. 55).

Com nossas abordagens, não queremos estabelecer a natureza de uma relação *tout court* entre o contexto da Córcira a que nos debruçamos e, digamos, o mundo mesopotâmico. Reiteramos que nosso prisma foi gestado enquanto uma saída oferecida pela relativa escassez de fontes de cunho social no mundo grego, em especial fora de Atenas. Contudo, no decurso de nossa investigação viemos a considerar a questão da escravidão e, principalmente, do endividamento como processos de longa ou longuíssima duração que, apesar de não podermos elucidar com segurança os pontos de contato, certamente estabeleceram conexões e interações entre a realidade grega e a mesopotâmica.

Nosso percurso pelo Antigo Oriente Próximo serviu ao propósito de construir uma perspectiva que desse conta de colorir o painel da relação entre os escravizados ou servos por dívidas da Córcira e o *demos* empobrecido da ilha. Debruçamo-nos sobre a dívida e a instituição da escravidão ou servidão por dívidas e da comparação com a dinâmica estabelecida pelos governantes mesopotâmicos no sentido de contrarrestar as tendências destrutivas do endividamento endêmico por meio de decretos (Hudson, 2018; Blok; Krul, 2016). A forma peculiar do ordenamento político grego, na inexistência de um poder centralizado na forma de um governante, deu origem a um ambiente propício no qual as

oligarquias gregas detiveram mão livre na codificação de legislações que garantissem os direitos dos credores sobre os devedores (Graeber, 2011; Hudson, 2023).

Apesar da diferenciação entre livres e escravos servir como um celebrado marco teórico da leitura da sociedade grega, nosso contorno da questão enfatiza uma perspectiva não legalista do *status social* dos indivíduos, passando pela compreensão de suas ações concretas frente à formação social. Ao colocarmos nosso foco sobre a questão do endividamento e a escravidão e servidão por dívidas, argumentamos por uma forma de comunhão de interesses entre o *demos* e os escravizados da *polis*. A fim de introduzir uma perspectiva nova sobre o problema, mobilizamos o que Vlassopoulos chamou de “*blurring of identities*” (Vlassopoulos, 2007a, p. 34; 2009, p. 348), que traduzimos por *enevoamento* ou *embaçamento de identidades*, que o autor utiliza para descrever a indefinição decorrente da dificuldade em distinguir o *status* de escravo ou livre pobre (*demos*) na realidade ateniense. A este último aspecto, acrescemos a dinâmica provocada pela dívida e pela escravidão por dívidas em uma *polis* intensamente desigual, produtora de artigos de luxo para exportação, com uma estrutura fundiária baseada na força de trabalho escravizada e com a ausência dos dispositivos de redistribuição de riqueza imperantes em Atenas — como procuramos demonstrar ser o caso da Córcira. Argumentamos que este cenário propiciou uma situação que permitiu uma aliança entre o *demos* e os escravizados na *stasis* da Córcira, culminando em sua libertação.

UMA CÓRCIRA CONECTADA

Nesta seção, buscaremos demonstrar alguns apontamentos capazes de ser feitos quanto à inserção da Córcira nas redes de redistribuição mediterrânicas. Intentamos compreender em especial os aspectos ligados à escravidão e à população da ilha tanto por meio de Tucídides quanto de indícios modernos.

Comecemos por abordar o fator de sua localização geográfica privilegiada, conforme notada pelos próprios contemporâneos do século V AEC. Esse é um dos aspectos levantados pelos atenienses quanto à vantagem de firmar uma *symmachia*, uma aliança defensiva, com a Córcira no contexto de sua disputa com Corinto e da iminência da guerra com a Liga do Peloponeso. Tucídides registra que o interesse era o de salvaguardar o poderio naval da Córcira, o segundo maior do mundo grego depois de Atenas, contra a sua absorção pelos peloponésios, e sublinha a conveniência de sua posição geográfica na passagem costeira para a Sicília e a Itália (1.44). Aqui cabe notar a importância do

periplous, a forma de navegação de cabotagem peculiar das rotas marítimas do Mediterrâneo. Contudo, o trecho de Tucídides se refere especialmente a uma rota militar e não necessariamente de sentido comercial. Ste. Croix (1972, p. 220-221) dispensa com presteza a leitura da passagem como uma menção a navios mercantes. Gomme afirma o fato de que o comércio e o intercâmbio entre Grécia e Sicília provavelmente se davam de maneira direta. As viagens costeiras eram uma característica das operações de trirremes que não detinham extensa autonomia dada a leveza do navio que não permitia nem mesmo que refeições fossem feitas a bordo (1933, p. 16-19).

Assim, não se deve acentuar a preponderância do comércio, tanto nas motivações dos conflitos da Antiguidade, nem mesmo sua importância para a economia das cidades mediterrâneas. Não obstante, a ceramologia é capaz de traçar a origem de ânforas encontradas na Península Ibérica, na esfera de hegemonia cartaginesa, como provenientes da ilha da Córca - apesar de haver discussões dada suas similitudes com as ânforas coríntias (Munn, 2003, p. 197; Whitbread, 1995 *apud* Munn, 2003, p. 197). Esse dado arqueológico, apesar de não servir como indicativo de uma integração decisiva, serve para demonstrar a presença de conexões que atravessavam amplas zonas do Mediterrâneo, que aqui chamamos de redes de redistribuição.

Em vista disso, cabe salientar que as ilhas do Mediterrâneo em geral possuíam a característica de estarem intensamente conectadas às redes de redistribuição, conforme indicam Horden e Purcell. Seguindo o modelo de outras ilhas, similarmente posicionadas, podemos deduzir uma população considerável para a ilha da Córca. Para Horden e Purcell, a relação entre densidade populacional se articula intimamente com os sistemas de redistribuição, motivo pelo qual as ilhas mediterrânicas comumente ultrapassarem a população estimada por sua “*carrying capacity*”, ou capacidade de carga (2000, p. 381).

Xenofonte, relatando eventos acontecidos no século IV AEC, cerca de cinquenta anos depois da *stasis*, narra como os espartanos que tomaram a ilha da Córca devastaram o campo, que era lindamente plantado, além de terem capturado numerosos escravos e animais, e destruído magníficas casas e adegas de vinho. Na mesma passagem, diz que os soldados espartanos ganharam a fama de terem se acostumado ao luxo e que se negavam a beber vinhos que não tivessem um fino buquê (Xen. *Hell.* 6.2.6). Este excerto nos permite compreender a riqueza da ilha, além da produção de itens de luxo, neste caso: vinho. Em um trecho logo em seguida, Xenofonte alega que o argumento usado pelos cidadãos da Córca para pedir socorro aos atenienses foi acentuar que a ilha

detinha, excetuando Atenas, a maior quantidade de navios e de fundos para a guerra, e de que seria um ganho tremendo aos seus inimigos (*Hell.* 6.2.9).

Do mesmo modo, Tucídides se refere à ilha como sendo capaz de rivalizar em riqueza com as mais ricas da Grécia e, no mesmo fôlego, comenta sobre o seu poderio naval, que entra na Guerra do Peloponeso com 120 trirremes (1.25.4). Afirmação similar é encontrada em Estrabo, geógrafo do século I AEC, que considerou a ilha como particularmente bem-afortunada e tendo uma enorme força naval no passado (7.4.a).

A título de comparação, a cidade de Atenas, detentora da maior população do mundo grego e da maior força naval da época, inicia a Guerra com 300 trirremes, um número considerado absurdamente alto. Dos trechos sobre a riqueza da Córcaira é imprescindível lembrar que, apesar de um observado nível de comércio, estamos diante de uma sociedade escravista na qual a riqueza provém em sua ampla maioria da propriedade fundiária (Ste. Croix, 1980, p. 30) e da exploração do trabalho não livre (Finley, 1991, p. 84; Ste. Croix, 1980, p. 39). Tal cenário torna no mínimo razoável considerar na Córcaira a presença de poderosos donos de terra.

Ainda no preâmbulo da Guerra do Peloponeso, no livro I de sua obra, Tucídides relata sobre os prisioneiros córciros feitos pelos coríntios na esteira da Batalha de Sibota em 433 AEC. O autor nos informa que, dos mais de mil prisioneiros capturados pelos coríntios, pelo menos oitocentos são escravos e os duzentos e cinquenta restantes são de classe alta (Tuc. 1.54.2) – esses últimos se mostraram cruciais na incitação à *stasis* após a eclosão da Guerra. Desse trecho, inferimos que pelo menos oitenta por cento dos marinheiros da frota de guerra da ilha da Córcaira são escravizados, algo notadamente fora do comum para uma cidade grega.

É possível depreender que a ilha deva ter tido um desenvolvimento precoce da escravidão no período clássico como meio de prover a força de trabalho para a intensificação da produção agrícola, como ocorreu em outras ilhas, Quios, por exemplo (Horden; Purcell, 2000, p. 391). A forte presença de oligarcas, a grande quantidade de escravos presentes na frota e a menção de Tucídides, no curso da *stasis*, a escravos no campo (3.73), fornecem-nos uma base coerente para crer que a população de escravos da ilha fosse significativamente alta.

Foi esse o cenário colocado para a inclusão da *stasis* da Córcaira na narrativa de Tucídides enquanto um ponto de inflexão que colocou os habitantes em dois campos opostos e dimensionou suas escolhas por um ou outro lado. A seguir, apresentaremos a

questão da dívida a partir de uma perspectiva de longa duração, abstraindo do contexto do mediterrâneo por uma abordagem que abranja a origem da dívida no Antigo Oriente Próximo, a forma como chegou ao Egeu e ao Mediterrâneo, e a particularidade do quadro no mundo grego.

A LONGA DURAÇÃO DA DÍVIDA

A dívida e o seu caráter de longa duração como chave de leitura para os conflitos no mundo antigo já foram levantadas recentemente por Michael Hudson por meio de suas obras sobre a história da dívida no Oriente Próximo e na Antiguidade Clássica (2018; 2023). Nesta seção, partimos de sua concepção para aplicá-la a nossos objetos de estudo intentando levar ao limite o que esta perspectiva nos traz ao buscarmos determinar a natureza da relação entre o *demos* e os escravos da Córcira.

Comumente, o foco do estudo sobre a Antiguidade Clássica está sobre como esta legou à contemporaneidade seus princípios democráticos (Hudson, 2023, p. 17). Aqui, Hudson nos permite contestar essa dinâmica buscando compreender a Antiguidade pelo viés do contraponto à democracia e as tendências oligárquicas que triunfaram sobre as curtas experiências democráticas. Efetivar uma perspectiva que parte do negativo da democracia, enfocando sua sombra, a fim de contextualizar os conflitos que a originaram e agiram contra seu desenvolvimento permite alcançar novos paradigmas. Para tanto, enxergar a questão da dívida enquanto uma criação histórica permite compreender os mecanismos que levaram à imposição do poder oligárquico sobre o mundo grego e a forma como se efetivou a crescente dependência dos cidadãos e a monopolização da propriedade da terra.

O processo de endividamento pode ser primeiro percebido na Mesopotâmia e a principal forma com que os governantes utilizavam para contrapor a dinâmica de endividamento era a prática da anistia das dívidas e de libertação da população em situação de escravidão ou servidão por dívidas por meio de decretos. Diversos casos ilustram a prática de libertação dos servos por dívidas, desde as reformas de Urucaguina em 2350 AEC, passando pelo próprio Código de Hamurábi no período paleobabilônico, que estipulava a libertação da servidão por dívidas a partir do terceiro ano de trabalho forçado (Hudson, 2018, p. 142-143, p. 224). No período neoassírio, a remissão de dívidas acompanhada pela libertação daqueles que haviam sido escravizados é atestada em duas inscrições deixadas pelo rei Assaradão entre 674 e 672 AEC, ao que Blok e Krul postulam

uma possível influência sobre as leis de Sólon menos de um século depois (2017, p. 626-627; Hudson, 2018, p. 262-263). A prática filtrou-se para a Palestina, tornando-se conteúdo das escrituras hebraicas na forma do ano do Jubileu (Lv. 25:8-10), no qual todas as dívidas eram anistiadas e aqueles servindo ou escravizados por dívidas podiam voltar para o seu local de origem (Hudson, 2018, p. 10). Por fim, a prática está registrada na própria Pedra de Rosetta do Egito Ptolomaico, cujo conteúdo é frequentemente esquecido, mas que se refere a um decreto real comemorando a anistia de dívidas e a libertação de aprisionados (Hudson, 2018, 266-267).

Esse expediente tinha como propósito o restabelecimento da estabilidade econômica e militar do território por meio do ato de reconhecer que as dívidas passadas não poderiam ser pagas dentro do ano corrente. Assim, os governantes que agiam por decretos asseguravam a possibilidade dos habitantes operarem a corveia, ou trabalho compulsório, e prestarem serviço militar conforme a demanda real. Além disso, a prática periódica de cancelar dívidas evitava que as oligarquias acumulassem um poder suficiente para contrapor as políticas dos reis (Hudson, 2018, p. 11-12).

Esses casos nos proporcionam vislumbrar a forma como a dívida era mantida sob controle por meio de um mecanismo de escape na forma de decretos reais. Efetivamente, por meio desses decretos, os governantes desde a Idade do Bronze até o período helenístico evitaram o crescimento de uma oligarquia credora incipiente (Hudson, 2018, p. 227). Esse mecanismo se explica tanto pela exigência da corveia para a construção de infraestrutura, para a qual se necessitava de uma força de trabalho que não estivesse dependente de uma oligarquia dona de terras. No mundo grego, após o período micênico e a pulverização do sistema palaciano, no que ficou conhecido como “Idade das Trevas”, as aristocracias eram fortes o suficiente para confutar o domínio de reis locais configurando o que Hudson chamou de processo de privatização da dívida na Antiguidade Clássica (Hudson, 2018, p. 65).

Foi nesse contexto que a dívida irrompeu no mundo grego provinda do contato com os mercadores levantinos de origem fenícia a introduzir itens de luxo na região do Egeu. A dinâmica do endividamento, introduzida pela lógica comercial aos aristocratas gregos, foi logo ampliada para o campesinato presente na esfera de poder destas oligarquias (Hudson, 2023, p. 50). Este cenário determinou o contexto de surgimento das *staseis* (guerras civis) que assolariam o período arcaico e que constituíram as bases de apoio para as tiranias no mundo grego. Os tiranos eram nada mais que vertentes menores

da aristocracia que se revoltavam com o respaldo da maior parte da população — o *demos* — e promulgavam reformas no sentido de eliminar o quadro de endividamento da população, que chegara ao seu limite, e de realizar a redistribuição das terras, os dois principais *slogans* das guerras civis no mundo grego, como veremos abaixo. Nesse quadro, podemos afirmar que o papel das tiranias na Grécia arcaica foi similar ao da realeza no mundo mesopotâmico, limitar o poder das oligarquias, libertar a porção da população caída em servidão ou escravidão por dívidas e redistribuir as terras açambarcadas pelos aristocratas (Hudson, 2023, p. 65-69, p. 71).

Com o fim do período tirânico, que indubitavelmente pavimentou o caminho para a constituição das democracias no mundo grego, muitas oligarquias ressurgiram em razão do florescimento do comércio oriundo da infraestrutura legada pela atuação dos tiranos (Hudson, 2023, p. 72). Essa nova situação passa a delinear a disputa entre um poder democrático incipiente e o poder oligárquico. Esse conflito, que se manifesta tanto na esfera doméstica quanto nas relações exteriores de cada *poleis* do mundo grego, definiu os próximos séculos da Antiguidade.

Para além de perspectivas reducionistas, como a de Graham Allison, que tem pautado as discussões sobre Tucídides na intersecção da história com as relações internacionais (Allison, 2020), é essa a chave de leitura mais fecunda para ler a Guerra do Peloponeso: duas alianças opostas entre cidades oligárquicas lideradas por Esparta e cidades democráticas encabeçadas por Atenas (Hudson, 2023, p. 125). Por meio da necessidade de proteger seus interesses diretos, as duas alianças embarcam em uma disputa que marca a história mediante a derrota da aliança democrática pelos oligarcas ao fim da guerra, fenômeno que guarda repercussões até o presente (Hudson, 2023, p. 77). A vitória oligárquica e o triunfo de um arcabouço legal pró-credor engendraria o que se tornou “um dos deveres fundamentais do Estado antigo”, “a defesa da propriedade privada” (Finley, 1991, p. 102), plausivelmente um dos maiores e mais impactantes legados da Antiguidade que encontra suas manifestações em uma quase sacralização da dívida pelos economistas hegemônicos do século XXI.

O fato de vermos tão poucas revoltas quanto ao endividamento em fontes atenienses do século V AEC, pode ser explicado devido à cidade de Atenas deter uma forte estrutura de taxação progressiva que, por meio do pagamento de serviços públicos à população mais pobre ou por meio do assalariamento do *demos* em função do estado ateniense, efetivou uma redistribuição de riqueza que impedia que a maior parte da

população adentrasse a situação de endividamento. A mesma lógica, porém, não se aplica a outras regiões do mundo grego nas quais o poder democrático não era tão forte, como a Córca (Hudson, 2023, p. 116). Nessa ilha, a inexistência do emprego de cidadãos na sua frota, a segunda maior do mundo grego, corrobora o argumento por uma oligarquia forte e pela ausência de mecanismos amplos de redistribuição de riqueza que pudessem evitar o endividamento sistemático da população.

O quadro de inserção da Córca e da dívida enquanto um fenômeno de longa duração buscou dimensionar a próxima seção de nosso estudo, que refletirá sobre o papel da escravidão na *stasis* da Córca de 428 a 427 AEC.

OS ECRAVOS E A STASIS

Alguns autores afirmam que o diferencial da *stasis* da Córca frente às outras guerras civis registradas que a fez ser considerada por Tucídides a primeira do seu gênero reside no fato de ter sido um conflito que abarcou todos os habitantes da ilha (Miskiewicz, 2020, p. 61; Williams, 1985, p. 2). Conforme narra Tucídides, populares (*demos*), oligarcas, escravos e mulheres foram levados a participar ativamente no conflito (3.73-74). Apesar de termos outros casos de *staseis* na historiografia antiga – pelo menos três casos em Heródoto (1.59.4; 3.120.3; 5.28-29), não esquecendo da *stasis* “não tão violenta” de Sólon na *Constituição Ateniense* de Aristóteles (Correa, 2022) – estas quase sempre foram feitas por uma pequena quantidade de pessoas ou co-conspiradores. Como podemos compreender a relação entre *demos* e escravos neste novo cenário de conflito e explicar suas ações?

Nesta seção, partimos do seguinte trecho da *História da Guerra do Peloponeso* na qual Tucídides (3.73) relata como, após a eclosão da *stasis* na Córca, o *demos* e os oligarcas vão ao campo pedir a adesão dos escravizados na luta:

No dia seguinte houve escaramuças e ambos os partidos mandaram mensageiros ao campo, chamando os escravos e oferecendo-lhes liberdade; a maioria dos escravos aderiu à causa do povo, ao passo que o outro partido recebeu o reforço de oitocentos mercenários do continente (grifo nosso; tradução de Mario da Gama Kury) ².

² Em grego: τῇ δ' ὑστεραίᾳ ἡκροβολίσαντό τε ὀλίγα καὶ ἐς τοὺς ἄγροὺς περιέπεμπον ἀμφότεροι, τοὺς δούλους παρακαλοῦντές τε καὶ ἐλευθερίαν ὑπισχνούμενοι: καὶ τῷ μὲν δῆμῳ τῶν οἰκετῶν τὸ πλῆθος παρεγένετο ξύμμαχον, τοῖς δ' ἐτέροις ἐκ τῆς ἡπείρου ἐπίκουροι ὀκτακόσιοι.

Podemos esboçar algumas das respostas mais prováveis para a pergunta do porquê os escravos terem escolhido o lado do *demos* e não dos oligarcas no momento da *stasis*. A resposta mais óbvia é explicar a aliança devida à oferta de liberdade, e essa razão deve, com certeza, ter pesado na decisão. Tanto Moses Finley (1991, p. 115) quanto Miskiewicz (2020, p. 67) apontam que uma explicação clara para esse caso é quase impossível, apesar de afirmarem que a possibilidade mais provável é que os escravos fizeram o cálculo de quem sairia vitorioso na contenda e com isso predisseram a vitória popular.

Em uma linha confluente, propomos que a união se deu a partir de uma identidade, ou de uma comunhão de interesses, cuja amplitude infelizmente não podemos delimitar sem sombra de dúvida, entre o *demos* empobrecido e os escravizados. Aqui nos valemos da sugestão proposta por Vlassopoulos, na qual, por conta de nossa falta de fontes, devemos nos permitir imaginar situações na história da Grécia que permitam sugerir novas possibilidades a fim de introduzir o subalterno em nossas considerações por meio do entrelaçar de uma variedade de perspectivas (2007b, p. 239). Procuramos, assim, imaginar que tipo de relação poderia ser estabelecida entre o *demos* e os escravos que pudesse causar tal identidade de interesses. Para tanto, cogitamos determinar até que ponto a escravidão ou servidão por dívidas³ pode ter influenciado este processo.

A fim de compreender a situação da dívida no mundo antigo, é necessário desfazer-nos de algumas considerações extemporâneas para nos atentar em como a dívida no mundo antigo difere da nossa noção moderna. Em primeiro lugar, temos de considerar que, em uma sociedade onde o uso de moeda é esparsa, ou mesmo não existente, a dívida não é primariamente uma forma de obter ganhos com o lucro de empréstimos, mas um recurso para obter mão de obra (Finley, 2013, p. 176). Para tanto, devemos compreender que na Antiguidade, a concepção de trabalho estava intrinsecamente ligada ao sujeito que produzia (Lasker *apud* Finley, 2013, p. 175), não sendo possível conceber um trabalho em abstrato antes da modernidade (Marx, 2011, p. 57-58; Finley, 1991, p. 70). Em segundo lugar, necessitamos tomar o endividamento enquanto partícipe de uma dinâmica própria à sazonalidade das sociedades agrícolas, na qual os proventos do plantio só advêm uma vez ao ano na época da colheita. Este fator

³ Conhecemos as extensas discussões que delimitam uma distinção entre a servidão e a escravidão por dívidas, uma enquanto um estado temporário e a outra como uma situação permanente. Contudo, aqui aderimos à interpretação contemporânea na qual a distinção é frequentemente nebulosa e fluida, com muitos sujeitos adentrando uma situação temporária e que, ao incorrer em ainda mais dívidas, se torna de facto em situação permanente (Blok; Krul, 2017, p. 620).

acoplado às contingências dos tributos, do serviço militar, dos desastres naturais e até do sistema de heranças em prática no mundo grego – que dividia a propriedade igualmente entre os filhos – faz do endividamento um elemento endêmico às sociedades antigas (Blok; Krul, 2004, p. 619-621).

Nesses termos, assim como aqueles provindos da seção anterior sobre a dívida em sua longa duração, a questão da dívida pode ser tomada como uma chave de leitura para dispor dos interesses que ligam a parte mais pobre do *demos* da Córcaira com os escravizados. Aqui, propomos a existência de uma quantidade significativa de endividados, ameaçados pelo risco da servidão ou escravidão por dívidas ou pagando a dívida diretamente com seus corpos na figura da servidão por dívidas.

É célebre e polêmico o trecho da obra de Tucídides (3.81.4) no qual o autor relata como, no decurso da *stasis*, credores da facção oligárquica foram mortos por seus devedores:

Após a chegada da frota ateniense, durante os sete dias da permanência de Eurímedon e das sessenta naus os corcireus continuaram massacrando os seus concidadãos tidos como adversários políticos. A acusação contra eles era de conspirar para destruir a democracia, mas na realidade alguns *foram mortos simplesmente por causa de inimizades pessoais, e outros, por serem credores*, foram mortos pelos que lhes haviam pedido dinheiro emprestado (grifo nosso; tradução de Mario da Gama Kury)⁴.

Partindo desse trecho, vamos de encontro à leitura que considera um enfoque sobre o papel do endividamento no trecho de Tucídides citado no início do parágrafo, como uma imposição sobre o texto tucídideano de uma visão de luta de classes entre os pobres e proprietários (Miskiewicz, 2020, p. 71), ou de uma razão socioeconômica inexistente no texto original (Fuks, 1971, p. 51). Esse argumento, parte da consideração de que a dívida não era uma opção aberta àqueles que não detinham nada como garantia e que os devedores não deveriam ser membros pobres do *demos*, mas membros ricos da facção democrática (Hornblower, 2008, p. 416). Em nossa opinião, essa visão parte de uma perspectiva estática que não concebe o endividamento como um elemento do processo de empobrecimento gradual da população sob o cerco econômico levado a cabo pelas oligarquias. Cabe agora, contudo, verificar a possibilidade da existência da instituição da escravidão ou servidão por dívidas no período clássico na ilha da Córcaira.

⁴ No original: ήμέρας τε ἐπτά, ἃς ἀφικόμενος ὁ Εύρυμέδων ταῖς ἔξεκοντα ναυσὶ παρέμεινε, Κερκυραῖοι σφών αὐτῶν τούς ἔχθροὺς δοκοῦντας είναι ἐφόνευον, τὴν μὲν αἰτίαν ἐπιφέροντες τοῖς τὸν δημον καταλύουσιν, ἀπέθανον δέ τινες καὶ ἴδιας ἔχθρας ἔνεκα, καὶ ἄλλοι χρημάτων σφίσιν ὄφειλομένων ὑπὸ των λαβόντων.

A escravidão por dívidas é comumente considerada como extinta no mundo grego a partir do período clássico, talvez como um reverberar da legislação solônica. Esse tema repercute em nossa discussão sobre a influência do atenocentrismo na análise. Assim, se em Atenas a escravidão por dívidas era vedada – apesar da discussão se também fora banida a servidão por dívidas (Harris, 2002) – é bom ressaltar que a realidade era diferente no resto do mundo grego. Como se depreende do Código da *polis* dórica de Gortina, em Creta, na qual a convivência com a possibilidade da escravidão temporária era uma realidade cotidiana ainda no século V AEC. (Kristensen, 2004, p. 77), é quase certo que formas de sujeição por dívidas existiram de forma ubíqua em diferentes formas na maioria das *poleis* gregas antigas (Ste. Croix, 1981, p. 162).

Quando aplicado à Córcira, a presença ou não da escravidão por dívidas em pleno século V AEC se torna uma questão ainda mais variegada. Moses Finley afirma que, em geral, não coexistiam em uma mesma *polis* duas formas simultâneas de trabalho compulsório, como a escravidão “genuína” e a escravidão por dívidas. Porém, o helenista americano abre uma exceção para as regiões colonizadas pelos gregos após o século VIII AEC, na qual a Córcira se insere, em que a escravidão era preponderante no meio urbano, enquanto, no campo, prevaleciam formas de “trabalho involuntário” que não a escravidão (1991, p. 80-81).

Do lado urbano, por conta do que sabemos sobre o uso de força de trabalho escravo na frota de trirremes da Córcira, cremos que na cidade deveria haver uso do trabalho escravo, pelo menos na construção de navios. Podemos também imaginar que a cidade era habitada por muitos comerciantes incorporados nas redes de redistribuição, estes devem ter sido em sua maioria estrangeiros residentes, apesar de existir a possibilidade da presença de integrantes do *demos*.

Apesar da colocação de Finley atribuir ao campo o espaço do trabalho involuntário não escravo, julgamos que, no campo da Córcira, o uso de mão de obra escrava deveria ser amplo, conforme se extrai do trecho de Tucídides no início da seção. Com isso, podemos imaginar o campo da ilha dividido em grandes propriedades que produziam itens de valor comercial sob força de trabalho escravizada – podendo ter sido acompanhada de membros do *demos* escravizados ou servindo por dívidas – e em propriedades menores onde viviam camponeses da classe hoplita e camponeses empobrecidos pressionados pelas grandes propriedades na forma de endividamento.

Além disso, as duas principais palavras de ordem presentes nas *stasis* do mundo grego, a redistribuição de terras e o cancelamento das dívidas (Finley, 1991, p. 92; Vlassopoulos, 2016, p. 425), podem ser consideradas, de acordo com Finley, *slogans* próprios de “camponeses despossuídos”. Em consonância, ressaltamos que o estopim da *stasis* na Córcaira se deu quando os líderes democratas acusaram os *oligoi* de estarem invadindo terras consagradas a Zeus e Alcínoo (Tuc. 3.70.4), um claro exemplo do processo de monopolização de terras pela mão dos oligarcas, conforme expomos na seção anterior. Dessa forma, ao compreendermos a *stasis* como um fenômeno intrinsecamente ligado aos conflitos de terra envolvendo o *demos*, acreditamos poder afirmar uma diversidade de formas de trabalho involuntário consoantes no campo da Córcaira.

Nessa seção, buscamos estabelecer conexões possíveis entre o *demos* da Córcaira e os escravizados com a meta de sugerir uma relação mais profunda provinda do interesse em conjunto contra os oligarcas. Para esse fim, buscamos associar os indícios e conclusões obtidas por meio da análise da conexão da Córcaira junto às redes de redistribuição mediterrâneas, a visão da dívida em sua longa duração com a relação entre os interesses das duas facções no contexto da *stasis*. Cremos ser possível visualizar uma união entre escravos e servos ou escravizados por dívidas, apesar de suas distinções por princípio, tendo como fator a comunhão de interesses contra os oligarcas na posição de credores e proprietários de escravos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inserção nas redes de redistribuição do mundo mediterrâneo tornou a Córcaira uma peça importante na conformação de um bloco democrático a se contrapor à aliança sob a órbita espartana. Esse fato ajuda a elucidar o motivo de a ilha ter uma importância ímpar na narrativa e na concepção tucídideana de *stasis*, que manifesta na Córcaira um ponto de inflexão para a radicalização política e social diante do fator de intervenção estrangeira sobre os assuntos internos às *poleis*.

A questão do endividamento endêmico, seus desdobramentos na servidão ou escravidão por dívidas e na acumulação de terras nas mãos de poucos proprietários, se mostra essencial para compreendermos os conflitos internos que se expressavam nas *staseis*. Assim, o contexto da Guerra do Peloponeso enquanto um conflito que opôs antagonismos presentes no interior das *poleis*, com ênfase na limitação do poder oligárquico por meio do fortalecimento do poder democrático (Hudson, 2023, p. 126),

Stasis e Dívida na Córcira Antiga

converteu a Córcira em um laboratório no qual a *stasis* tomou proporções inauditas com a participação de escravizados e da totalidade dos habitantes da ilha.

O escopo do episódio e a comunhão de interesses entre o *demos* e os escravizados podem ser melhor compreendidos quando levamos em conta a questão da dívida e o seu desenvolvimento particular no mundo grego sob domínio oligárquico. Em vista disso, podemos afirmar que a escravidão ou servidão por dívidas constituía uma das principais preocupações do *demos* em luta contra os oligarcas, com exceção de Atenas, e que a presença de um elemento de identidade na união do *demos* da ilha da Córcira com os escravizados não é de todo implausível, apesar de carecer de documentação.

Esse trabalho suscitou mais dúvidas do que certezas e muitas das questões colocadas foram certamente inconclusivas. Contudo, o próprio ato de colocarmos as questões em aberto já mobilizou espaços do conhecimento que dávamos por fechados. Este ensaio não pretendeu ser um estudo exaustivo, mas abrir um canteiro de obras dedicado a pensar alguns objetos e cenários da História Antiga de maneiras novas. Consideraremos nossa meta ultrapassada se, ao terminar de ler este texto, o leitor vir a questionar algumas das certezas que detinha sobre o mundo antigo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Autores antigos

ARISTÓTELES. *Política*. Tradução e notas de António Campelo Amaral e Carlos de Carvalho Gomes. Lisboa, Portugal: Editora Vega, 1998.

ARISTÓTELES. *República dos Atenienses*. Tradução, introdução e notas de Denis Correa. 1. ed. São Paulo: Madamu, 2023.

BÍBLIA. *Bíblia de Jerusalém*. Tradução de João Ferreira de Almeida. Edição revista e ampliada. São Paulo: Paulus, 2002.

ESTRABO. *The Geography of Strabo*. Tradução de Duane W. Roller. 1st ed. 1st rep. United Kingdom: Cambridge University Press, 2014.

HERÓDOTO. *The landmark Herodotus: the Histories*. Tradução por Andrea L. Purvis. New York: Anchor Books, 2007.

TUCÍDIDES. *The Landmark Thucydides: a comprehensive guide to the Peloponnesian War*. Tradução de Richard Cawley. 1. ed. New York: Free Press, 2008.

TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Tradução de Mario da Gama Kury. 3. ed. Brasília: Editora da Unb, 1987. Disponível em: https://funag.gov.br/loja/download/0041-historia_da_guerra_do_peloponeso.pdf. Acesso em 4 de jul. de 2024.

XENOFONTE. *The Landmark Xenophon's Hellenika: a new translation*. Tradução de John Marincola. 1. ed. New York: Anchor Books, 2009.

Autores modernos

ALLISON, G. T. *A caminho da guerra: Os Estados Unidos e a China conseguirão escapar da armadilha de Tucídides?*. 1. ed. São Paulo: Intrínseca, 2020.

BÖRM, H. Civil Wars in Greek and Roman Antiquity: Contextualizing Disintegration and Reintegration. In: BÖRM, H.; MATTHEIS, M.; WIENAND, J. (ed.). *Civil War in Ancient Greece and Rome: Contexts of Disintegration and Reintegration*. Stuttgart, Alemanha: Fraz Steiner Verlag, 2016.

BLOK, J.; KRUL, J. Debt and its aftermath: the Near Eastern background to Solon's seisachtheia. *Hesperia: The Journal of the American School of Classical Studies at Athens*, v. 86, n. 4, p. 607-643, 2017.

BRUCE, I. A. F. The Corcyraean Civil War of 427 BC. *Phoenix*, v. 25, n. 2, p. 108-117, 1971.

CONRAD, S. *O que é história global*. Tradução de Teresa Furtado e Bernardo Cruz. 1. ed. Lisboa: Edições 70, 2019.

CORREA, D. The (not so violent) staseis and metabolai in the Aristotelian Athenaion Politeia. *Crises (Staseis) and Changes (Metabolai): Athenian Democracy in the Making*, v. 239, p. 25, 2022.

DETIENNE, M. *Comparar o Incomparável*. Tradução de Ivo Storniolo. 1. ed. Aparecida, SP: Idéias e Letras, 2004.

FINLEY, M. A servidão por dívida e o problema da escravidão. In: FINLEY, M (org.). *Economia e Sociedade na Grécia Antiga*. Tradução de Marylene Pinto Michael. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013, p. 170-188.

FINLEY, M. *Escravidão antiga e ideologia moderna*. Tradução de Norberto Luiz Guarinello. 1. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1991.

FRANCISCO, G. da S; MORALES, F. A. Desvelando o atenocentrismo. *Revista de Cultura e Extensão USP*, v. 14, p. 67-79, 2016.

FRAZIER, F. Quelques remarques autour des antonymes de dèmos chez Thucydide. *Ktema*, v. 28, n. 1, p. 89-104, 2003.

GOMME, A. W. A forgotten factor of Greek naval strategy. *The Journal of Hellenic Studies*, v. 53, n. 1, p. 16-24, 1933.

GRAEBER, D. *Debt: the first five thousand years*. Nova Iorque: Melville House Publishing, 2011.

GUARINELLO, N. L. *História Antiga*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

GUARINELLO, N. L. Uma morfologia da História: as formas da História Antiga. *Politeia-História e Sociedade*, v. 3, n. 1, 2003.

HARRIS, E. M. Did Solon abolish debt-bondage? *The Classical Quarterly*, v. 52, n. 2, p. 415-430, 2002.

HORDEN, P.; PURCELL, N. *The Corrupting Sea: A Study of Mediterranean History*. Malden, MA: Wiley-Blackwell, 2000.

HORNBLOWER, S. *A Commentary on Thucydides: Volume I: Books I-III*. 1. ed. 1. reimpressão. Oxford, England: Oxford University Press, 1991.

HUDSON, M. ... and forgive them their debts: *Lending, Foreclosure and Redemption from Bronze Age Finance to the Jubilee Year*. Dresden: Islet Verlag, 2018.

HUDSON, M. *The Collapse of Antiquity: Greece and Rome as Civilization's Oligarchic Turning Point*. Counter Punch, 2023.

KRISTENSEN, K. R. Gortynian Debt Bondage. Some New Considerations on IC IV 41 IV-VII, 47 and 72 I. 56-II. 2, X. 25-32. *Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik*, p. 73-79, 2004.

LIVERANI, M. *Antigo Oriente: História, Sociedade e Economia*. Tradução de Ivan Esperança Rocha, 1. ed. São Paulo: Edusp, 2023.

LORAUX, N. *The Divided City: on memory and forgetting in Ancient Athens*. New York: Zone Books, 2006.

MARX, K. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. Tradução de Mario Duayer e Nélio Schneider. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MIŚKIEWICZ, R. Stasis in Corcyra: who was fighting there? *Classica Cracoviensia*, n. 23, p. 55-75, 2020.

MORALES, F. A.; SILVA, U. G. da. História Antiga e História Global: afluentes e confluências. *Revista Brasileira de História*, v. 40, n. 83, p. 125-150, 2020.

MUNN, M. L. Z. Corinthian trade with the punic west in the Classical period. *Corinth: Results of Excavations Conducted by the American School of Classical Studies at Athens*, p. 195-217, 2003.

STE. CROIX, G. E. M. de. *The Origins of the Peloponnesian War*. London, England: Duckworth, 1972.

STE. CROIX, G. E. M. de. *The Class Struggle in the Ancient Greek World: from the Archaic Age to the Arab Conquests*. Ithaca, New York: Cornell University Press, 1981.

VLASSOPOULOS, K. Free spaces: identity, experience and democracy in classical Athens. *The Classical Quarterly*, v. 57, n. 1, p. 33-52, 2007a.

VLASSOPOULOS, K. *Unthinking the Greek Polis: Ancient Greek History beyond Eurocentrism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007b.

VLASSOPOULOS, K. Slavery, freedom and citizenship in classical Athens: beyond a legalistic approach. *European Review of History—Revue européenne d'histoire*, v. 16, n. 3, p. 347-363, 2009.

VLASSOPOULOS, K. What do we really know about Athenian society? *Annales. Histoire, Sciences Sociales - English Edition*, v. 71, n. 3, p. 419-439, 2016.

WILLIAMS, M. F. Two Traditional Elements in Thucydides' Corcyrean Excursus. *The Classical World*, v. 79, n. 1, p. 1-3, 1985.

Recebido em: 15/08/2024

Aprovado em: 27/11/2024